



O ESGOTAMENTO DA FORMA ESCOLAR: CRÍTICA AOS CURRÍCULOS ESCOLARES A PARTIR DE ADORNO

Guilherme Costa Garcia Tommaselli

Universidade Estadual Paulista (UNESP- Campus de Marília)

guilherme.tommaselli@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo: compreender o conceito de forma escolar segundo Vincent Guy; Lahine, B. & Thin, D; realizar uma breve análise do processo de institucionalização da escola no Brasil; Analisar as contribuições de Adorno para o campo educacional e por fim, procurar estabelecer relações possíveis entre a teoria de Adorno e forma escolar.

A FORMA ESCOLAR

Essa primeira etapa do artigo tem como objetivo realizar uma análise da educação, pensada através do conceito de forma escolar. Como sabemos a escola enfrenta hoje em dia um de seus momentos mais turbulentos em sua história. Essa crise poderia ser resultado da decadência do modelo escolar existente? Ou do esgotamento da forma escolar?

Para pensar essas questões iremos utilizar como fonte básica os textos: **“Sobre a história e a teoria da forma escolar”** de Vincent Guy; Lahine, B. & Thin, D e **“A escola e a república”** de Marta Carvalho.

Os dois textos em questão servem como exemplo para entendermos a importância do desenvolvimento das disciplinas escolares para a compreensão do conceito de forma escolar. Porém, ao refletir sobre a forma escolar não podemos





esquecer que existem diversos elementos na composição do ambiente escolar que se desenvolvem de modo particular, autônomo, e que contribuem na constituição da estrutura escolar, tal como a conhecemos hoje em dia.

O primeiro passo nessa reflexão é compreender que com o desenvolvimento da historiografia da educação, o estudo das disciplinas escolares se tornou fundamental para a compreensão de como se constitui o conhecimento escolar.

Assim, a análise do currículo escolar pode ser utilizada pelos historiadores da educação como um modo de captar os elementos fundamentais no desenvolvimento da escola, da forma de escolar e da institucionalização desta. Para que esse processo se efetive com sucesso é importante que o historiador da educação compreenda o currículo como fruto de relações conflituosas, de lutas, entre as diferentes tradições que compõe a sociedade, e que buscam ser hegemônicas no campo educacional.

Para tentar compreender essa relação entre a história do currículo e a forma escolar, utilizaremos como ponto de partida o texto de Vincent; Lahire & Thin (2001). Segundo esses autores, a forma escolar é um modo específico de socialização, onde se desenvolve um modo particular de relacionamento social, onde as relações sociais podem ser compreendidas como manifestações do exercício de poder.

Para Vincent; Lahire & Thin (2001), a forma escolar tem como um de seus objetivos finais a pedagogização social, ou seja, as relações sociais passam a ser compreendidas através das normas. Essa relação se extrapola no ambiente escolar, onde há uma grande normatização da conduta, a espontaneidade do sujeito é reduzida, e, onde se desenvolve uma relação hierárquica de governo, onde o mestre (professor) governa os alunos.

É importante estarmos conscientes que a forma escolar se relaciona, também, com outras esferas da vida humana, e mantém, portanto, uma relação com a totalidade sócio histórica, e esse fato pode ser percebido, segundo Vincent; Lahire & Thin (2001), através da constituição do Estado Moderno, da autonomização de práticas heterogêneas, da alfabetização generalizada, etc.



“... estabelecer relações entre a forma escolar e outras formas sociais, principalmente, políticas.. ... Segundo parece, a forma escolar de relações sociais só se capta completamente no âmbito de uma configuração social de conjunto e, particularmente, na ligação com a transformação das formas de exercício do poder” (VINCENT; LAHIRE & THIN, 2001, pág. 16)

Como vimos, a forma escolar está diretamente relacionada com o contexto sócio histórico. Sendo assim, para refletir sobre o conceito é importante lembramos que ele é resultado de uma análise feita pelos autores, no que se refere a sociedade francesa do final do século XVII até metade do Século XIX. Nessa análise os autores encontram algumas características que julgam serem recorrentes e constituem então a ideia de forma escola.

A primeira dessas características recorrentes nas escolas e que ajudam a constituir a forma escolar é o espaço físico das escolas. Segundo Vincent; Lahire & Thin (2001), a escola possui um ambiente físico específico, próprio, diferenciado de outras instituições sociais. Além disso, esse ambiente específico é compreendido pelo imaginário social como o lócus de desenvolvimento dos saberes, da razão.

O segundo ponto em comum, que caracteriza esse ambiente, segundo os autores, é a pedagogização das relações sociais de aprendizagem que, por sua vez, estão relacionadas diretamente ao desenvolvimento dos saberes escriturais formalizados, saberes objetivados, etc. Assim, nesse ambiente específico denominado escola, desenvolve-se o aprendizado, que nesse caso, esta relacionado a transmissão de saberes fixos. Esse fato fica mais claro na seguinte passagem:

"Historicamente, a pedagogização, a escolarização das relações sociais de aprendizagem é indissociável de uma escrituralização-codificação dos saberes e das práticas" (...) "O modo de socialização escolar é, portanto, indissociável da natureza escritural dos saberes a transmitir" (VINCENT; LAHIRE & THIN, 2001, pág.28)

Esse processo de codificação dos saberes e das práticas próprias a esse novo ambiente teve como uma de suas consequências a sistematização do ensino, e conjuntamente a isso se desenvolveu um novo tipo de socialização do saber. Esse processo de sistematização tem como uma de suas características a oposição ao aprendizado oral. Assim, de acordo com Vincent; Lahire & Thin (2001), a forma



escolar prima por um ensino sistematizado no desenvolvimento dos saberes escriturais.

Outro ponto em comum que é característico na composição da forma escolar é o papel da escola enquanto instituição responsável pelo desenvolvimento das relações de exercício de poder. Estas ganham uma nova conotação nesse ambiente específico denominado escola. Na escola a existência de regras extrapola as questões pessoais e definem com maior clareza as relações hierárquicas, ou seja, existem regras tanto para alunos quanto para professores. Portanto, de acordo com Vincent; Lahire & Thin (2001), a própria organização das práticas e dos saberes escolares se relacionam a organização e exercício do poder.

Para finalizar os pontos que sustentam a identidade da escola, ou a constituição da forma escolar Vincent; Lahire & Thin (2001), tratam do domínio da linguagem escrita. Assim, para os autores, a forma escolar é constituída, também, através da relação indissociável entre a capacidade de escrever e os saberes da escola. A linguagem é uma parte fundamental do processo de constituição da forma escolar, e conseqüentemente da institucionalização da escola, visto que, através da linguagem é que podemos compreender o mundo e nossas relações com este.

Assim, ao analisar essas questões acerca da constituição da forma escolar, podemos perceber que existe um processo de estranhamento dos autores no que diz respeito a conceitos que costumamos compreender de forma generalizada como, por exemplo, o conceito de educação. Para Vincent; Lahire & Thin (2001), compreender os conceitos como naturais, ou seja, como uma realidade dada é problemático, visto que, caso compreendamos dessa forma o sentido do conceito se perde.

Portanto, para Vincent; Lahire & Thin (2001), para compreendemos como se deu a institucionalização da escola e a constituição da forma escolar não podemos reduzir a nossa análise a historiografia da educação, é necessário ir além. Ir além, nesse caso, significa realizar um estudo sócio histórico sobre as disciplinas que compõem o currículo escolar, e suas abordagens.



Após essa breve análise do conceito de forma escolar, o segundo momento do texto será um esforço para compreender como esse processo ocorreu no Brasil, e para isso, nossa referência básica será o texto “**A escola e a república**” de Marta Carvalho.

O DESENVOLVIMENTO DA FORMA ESCOLAR NO BRASIL

O século XIX foi responsável por grandes transformações em todo o mundo, sejam elas, sociais, políticas, econômicas, tecnológicas, etc. No caso do Brasil, o país também passou por um processo de transformações nesse período.

Uma das mudanças mais significativas ocorridas no Brasil nesse período e que viria marcar a história do país, foi a mudança do sistema de governo. A Monarquia deixou de existir cedendo lugar ao novo sistema político: a República.

A mudança de sistema trouxe consigo um maior desenvolvimento industrial, que colaborou para o desenvolvimento das cidades, e esse processo desencadeou uma notável aceleração no crescimento populacional desses centros urbanos. O problema apontado por Carvalho (1990) é o fato de que as cidades eram precárias e o aumento significativo da população urbana gerou uma série de problemas como: fome, desnutrição, doenças físicas. Para Carvalho (1990) os fatores citados anteriormente servem de exemplo, para que possamos compreender a sujeição dos indivíduos aos ideais positivistas de educação, que pregavam uma escola para todos, o progresso e melhoria da higiene.

Nesse período histórico, portanto, frequentar a escola era privilégio de uma minoria. Assim, os jovens que possuíam esse privilégio eram provenientes da classe dominante, filhos de fazendeiros, funcionários públicos, etc. Havia, portanto, nesse momento um processo de discriminação por parte da escola e esta era relativa a aspectos sociais, econômicos, religiosos e étnicos.



Esse foi um momento chave também na proliferação de institutos educacionais visando uma maior qualidade de ensino. Esse fato aconteceu, pois, até o presente momento os filhos da classe hegemônica, iam realizar seus estudos no exterior, visto que, a qualidade do ensino no país ainda era precária.

Nesse período, havia ainda no Brasil uma mentalidade coronelista que se aproveitava da ignorância da maioria da população. No entanto, foi nesse período de transformação que a maioria trabalhadora passou a enxergar na educação um possível potencial para modificar a sua situação, isto é, sair da condição de dominado.

Foi nesse contexto que o novo governo republicano, influenciado pelas ideias iluministas advindas da Europa, e pelo do crescimento urbano, iniciou um processo de melhorias no que diz respeito a educação, organizando e sistematizando o ensino.

A INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Como já dito antes, no Brasil, no final do século XIX ocorreu uma mudança significativa, o país deixou de ser uma monarquia a passou a ser uma república. Esse processo trouxe consigo a necessidade de uma série de modificações que deixassem evidente que essa mudança de regime não havia acontecido apenas no papel, mas efetivamente, na realidade prática, no cotidiano da população Brasileira.

A chegada da república no Brasil representou, portanto, um período de inovações e a modernização era uma dessas inovações. A modernização do país atingiu os mais variados setores e, em especial, a educação. Nesse novo momento, a educação passou a ser compreendida como fundamental, pois, para o governo republicano, a escolarização era um pressuposto básico para constituição de cidadãos.



Portanto, nesse contexto, houve uma proliferação de instituições educacionais no país. Escolas dos mais variados tipos surgiram nesse momento, públicas, particulares, religiosas. Com essas escolas vinham, também, diversos modelos pedagógicos, importados da Europa, que era o centro de referência educacional da república.

Diante dessa situação, ocorreram diversas reformas nos programas de ensino, e cada uma delas era fruto de uma influência própria. Assim, as reformas nos programas de ensino variavam entre as vertentes humanista clássica e a cientificista. Foi nesse período também, que se desenvolveram os ideais da pedagogia científica, que daria origem a Escola Nova, responsável por uma democratização do ensino.

A educação nova ou Escola Nova era uma corrente educacional que visava transformar a educação tradicional, hegemônica até então no país. Havia, portanto, uma nova concepção do que é educar, onde a ênfase na memorização, repetição, e reprodução conteudista típicas da escola tradicional, deram lugar a uma educação, explicativa, que procurava dar um sentido vivo a tarefa de educar.

Portanto, nesse momento, conhecido como primeira República, havia uma expectativa em relação a possibilidade de uma educação popular, e a erradicação do analfabetismo. Além disso, havia também, por parte do governo republicano, uma política de valorização da cultura nacional, ou seja, uma clara tentativa de construir uma identidade nacional republicana.

No desenrolar desse processo, a educação tradicional foi perdendo espaço, e a educação, que antes era centrada na figura do professor, sofreu um desvio de foco, onde o aluno passou a ser a figura central do processo educativo.

Diante dessa nova organização da educação era necessária, também, uma nova organização do material didático, ou seja, do currículo escolar, assim como, era preciso uma adaptação dos professores a esse novo momento, isto é, era necessário treinar esses profissionais.



Essas modificações propostas e iniciadas na república podem ser compreendidas como um novo momento, onde a escola deixa claro o seu papel de formação do indivíduo. Essa ideia de formação é relativa à formação do caráter, ou seja, ela seria a responsável por tornar o aluno cidadão, e esse processo se tornava executável através do ensino prático do papel do cidadão e da moral.

A república brasileira nascia então como um lócus de centralização do poder estatal, e de manutenção da ordem. Para isso, a ideia de república, passava necessariamente pelo respeito às instituições sociais, além do desenvolvimento de uma série de conhecimentos, que tornassem possível uma maior compreensão do cidadão a respeito da economia e política do país. Propaga-se nesse momento o amor a pátria.

E nesse processo a figura do professor era central, visto que, ele era o responsável por ensinar os conteúdos morais e cívicos, difundindo a política da república, e produzindo a nova identidade do cidadão do país, o cidadão republicano.

Foi nesse período, portanto, que surgiu uma maior preocupação com os conteúdos que seriam ensinados nas escolas, e devido a esse fato, os republicanos se depararam com a necessidade de uma reorganização e uma nova sistematização desses conteúdos, de modo que estes, se tornassem aplicáveis.

Nesse processo de reorganização surgiram os primeiros livros didáticos, que além de representar esse novo momento de organizacional e de sistematização da educação na república, podiam ser compreendidos, também, como difusores da ideologia da elite nacional.

Porém, os ideais republicanos não estavam se efetivando na prática. De acordo com Carvalho (1990), os centros urbanos sofriam um processo de expansão acelerado, e havia também um processo de crescimento industrial incontrolável. Porém, segundo a autora, apesar de todas as modificações pretendidas pela república, na realidade objetiva pouca coisa havia mudado para a maioria da



população do Brasil, ou seja, o número de analfabetos era muito grande, as condições de higiene ainda eram precárias. Talvez, as campanhas de prevenção e vacinação, fosse um avanço, porém representava muito pouco em relação as promessas da república, ou seja, educação popular e progresso.

Segundo Carvalho (1990), as reformas na república surgiram como uma tentativa de tornar a educação respeitável no país, ou seja, de valorização da educação. As tentativas de reforma da educação persistiram durante o período que foi do final do século XIX ao início do século XX. Era, segundo a autora, uma tentativa desesperada dos republicanos de ajustar o país a modernidade. Porém, esse processo não se efetivou como previam os republicanos, visto que, apesar das inúmeras tentativas de transformação através das reformas, a presença de elementos característicos da educação tradicional eram visíveis nas instituições de ensino do país.

O que podemos perceber com todo esse processo histórico, é que a institucionalização da escola pode ser compreendida como um dos reflexos de uma sociedade em transformação, visto que, esse processo se confunde com a mudança de um sistema de governo, e essa é mudança estrutural que abala as estruturas de qualquer país.

Nesse momento de transformação da sociedade nacional, não foi apenas o sistema de governo que mudou. Esse momento é significativo também para transformação do homem brasileiro, que nesse momento se encontrava no processo de transição de uma sociedade tradicional, para uma sociedade moderna, e esse processo reflete diretamente no sujeito, visto que, o homem moderno é diferente do homem tradicional.

Esse novo momento histórico tinha como tarefa transformar a relação da população com a educação, e esse processo estava diretamente relacionado na modernização da instituição escolar. Assim, a instituição escolar passava a ser compreendida enquanto um meio de transformar a realidade social do país e ajudar



na construção da identidade nacional.

Assim, a educação era tida como responsável pelo desenvolvimento do progresso da nação, pela construção do cidadão. Esse processo era compreendido através da implementação de novos modelos pedagógicos, que tinham como objetivo o desenvolvimento de educação moderna, que conduzisse a nação à modernidade, realizando, portanto, os ideais republicanos.

Porém, apesar das inúmeras tentativas de modernização, através das reformas pedagógicas, as mudanças anunciadas pelos republicanos nunca se efetivaram na prática. Na verdade, o que aconteceu foram mudanças no plano físico, tais como, a construção de grandes edifícios escolares. Mas as questões mais profundas, referente à alfabetização, à democratização da educação, ficaram por se fazer.

ADORNO E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Esse segundo momento do artigo é referente à teoria de Adorno e as suas possíveis relações com o campo educacional. É importante lembrar que o último momento desse texto, será um esforço de procurar estabelecer algumas relações entre as questões educacionais segundo o autor, a educação na contemporânea e o conceito de forma escolar desenvolvido no primeiro ponto.

O primeiro passo dessa relação é compreender que Adorno não é um teórico da educação. Porém, em toda sua obra, existem questões que permeiam o campo educacional, e alguns de seus textos mais famosos se referem a questão como : *“Educação pós-Auschwitz ”*, presente na coletânea de textos sobre a educação intitulada de *“Educação e Emancipação”*

A discussão educacional realizada por Adorno é fundamentada na relação dialética existente entre o desenvolvimento e a decadência da esfera cultural e



conseqüentemente do processo educacional no capitalismo monopolista¹. É possível através da análise de sua obra encontrar uma relação coerente entre o desenvolvimento da teoria crítica e o processo histórico de produção da educação, esta compreendida enquanto uma forma de relação social que pressupõe dominação. Além da dominação, a educação para Adorno possui, também, uma dimensão emancipatória.

Através dessas questões procuraremos compreender como Adorno se posiciona no debate educacional, tendo em vista a compreensão do autor da relação entre a escola e a sociedade e, também, das contradições no desenvolvimento de um projeto educacional que vise formar um homem emancipado, autônomo. Assim, a tarefa que nos propomos a pensar seria: como desenvolver um projeto que educacional que possibilite que os alunos dominem o conteúdo previsto nos currículos escolares, e ao mesmo desenvolvam suas identidades sociais, de forma a se constituírem enquanto seres humanos emancipados?

A EDUCAÇÃO SEGUNDO ADORNO

A ideia de uma análise da educação tendo como base a teoria crítica passa necessariamente por uma análise da constituição da razão. A constituição da razão e a crítica a razão instrumental, são elementos chaves na discussão de Adorno sobre a decadência do processo de formação. Assim, a educação deve ser entendida como esclarecimento e veículo para a emancipação do indivíduo. Os conceitos de esclarecimento e emancipação são centrais no pensamento de Adorno. Para Adorno, é necessário o desenvolvimento da razão emancipatória, para a formação de uma sociedade justa, com seres autônomos e emancipados. Para entender a razão emancipatória é necessário antes, compreender a razão iluminista;

¹ O capitalismo analisado por Marx deu lugar ao que Horkheimer denominou de capitalismo monopolista. Esse novo capitalismo era caracterizado por uma grande concentração de renda e centralização do capital, e também pela substituição do burguês clássico, proprietário privado, por grandes conglomerados que dominavam setores inteiros da economia. A livre concorrência que Marx havia analisado cedeu espaço a uma economia planejada do alto, a partir da burocracia das grandes empresas, e também da própria burocracia estatal.



a decadência da razão que leva a constituição de uma razão instrumental, para então, se pensar desenvolvimento da razão enquanto potencial crítico.

Para entender a razão enquanto processo de esclarecimento, responsável por libertar os homens da ignorância é necessário analisar o conceito de esclarecimento desenvolvido por Kant, que é de onde partem Adorno e os teóricos de Frankfurt. Kant trabalha a ideia de esclarecimento em um texto denominado “*O que é Esclarecimento?*”, e é a partir de um fragmento extraído desse texto que começaremos essa reflexão.

Esclarecimento é a saída do homem de sua menoridade, da qual ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de fazer uso de seu entendimento sem a direção de outro indivíduo. O homem é o próprio culpado dessa menoridade se a causa dela não se encontra na falta de entendimento, mas na falta de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem. Sapere aude! Tem Coragem de fazer uso de teu próprio entendimento, tal é o lema do esclarecimento (KANT, 1985, p.100)

Segundo Adorno, o iluminismo teve como objetivo livrar os homens de seus medos para que estes pudessem tornar-se senhores de si. O desenvolvimento da razão, da ciência e da tecnologia, na modernidade, tinha como objetivo a emancipação humana. A intenção do iluminismo era libertar o homem da ignorância. O iluminismo surgiu então como uma força histórica objetiva que possuía a capacidade de libertar os homens desse processo de obscurantismo em que eles se encontravam e, assim, promover o progresso da humanidade, em prol de um mundo mais justo, na construção de uma sociedade racional.

Retornando a Kant, como podemos perceber na passagem anterior, a responsabilidade pela libertação das amarras da ignorância e da irracionalidade é do indivíduo, ou seja, cabe a ele decidir e ir além, tornando-se senhor de si mesmo, isto é, fazendo uso de sua razão. Segundo Kant, é cômodo para o indivíduo ser menor. A maior parte dos homens cede aos seus medos e covardia de ousar, e por isso se mantém na menoridade a vida toda. A menoridade nesse caso é como se fosse uma segunda natureza desse homem, fato esse que torna mais difícil a saída dos homens dessa posição. A saída da menoridade não é um processo fácil. Para se



atingir o esclarecimento é necessário paciência, já que, que é resultado de um processo demorado de reflexão e, além disso, é um processo histórico e pessoal.

A ideia de esclarecimento que Kant propõe não pressupõe uma ruptura com a ordem, mas sim, uma mudança dentro da própria ordem. Isso fica mais claro, através da distinção da razão realizada por Kant, que divide a razão entre razão privada e razão pública. O uso público da razão é aquele que qualquer indivíduo realiza enquanto detentor de alguma forma de conhecimento. Desse modo, o indivíduo através de seus conhecimentos, fala ao mundo. Além disso, quando se trata de uso público da razão, o indivíduo tem a liberdade de fazer uso da razão utilizando o seu próprio nome, ou seja, o indivíduo culto, detentor do conhecimento, tem legitimidade para usar a razão em seu nome. Já o uso privado da razão é aquele que o indivíduo faz quando lhe é confiado um cargo ou uma função específica. Nesse tipo de uso da razão, o indivíduo mantém-se preso a uma ordem vigente, a um sistema de determinações, ou seja, o uso da razão é limitado a função que exerce, não existe liberdade.

Portanto, o uso público da razão é o que torna o homem livre, o que lhe dá oportunidade de se tornar senhor de si, de falar por si mesmo, sem restrições institucionais. Qualquer homem pode fazer o uso da razão pública. O esclarecimento desempenha esse papel fundamental de trazer o homem a maior idade, ou seja, de libertá-lo da ignorância, do irracionalismo. Para Kant, o contato com o esclarecimento é a oportunidade que os homens necessitam para sair do obscurantismo, e este é constituinte da natureza humana, como podemos ver na seguinte passagem: *“Que, porém, um público se esclareça a si mesmo é perfeitamente possível; mas que isso, se lhe for dada a liberdade, é quase inevitável.”* (KANT, 1985,p.:102). Porém, Kant deixa claro que o uso público da razão não é uma atividade somente teórica, é necessário fazer o uso dessa razão como prática política. Essa questão fica mais clara na seguinte passagem:

(...) Para este esclarecimento, porém, nada mais se exige senão a liberdade. É a mais inofensiva entre tudo aquilo que possa chamar liberdade, a saber: a fazer uso público de sua razão em todas as questões. (...) O uso público de



sua razão deve ser sempre livre e só ele pode realizar o esclarecimento.'(KANT, 1985, p. 103)

O esclarecimento é antes de tudo, um direito do homem, e faz parte da natureza humana, independente do momento histórico. Além disso, a busca pelo esclarecimento é responsabilidade do Estado, da sociedade civil e do indivíduo particularmente. Como ressaltamos, cabe ao indivíduo ousar, enfrentar seus medos e sair da menoridade. A educação para o esclarecimento é, portanto, antes de tudo um dever, que deve ser cobrado pelos indivíduos, pois essa é uma das chaves para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa. É necessário buscar o esclarecimento, pois o próprio Kant concluiu que não vivemos em uma época de esclarecimento, como podemos observar na seguinte passagem:

Não, vivemos em uma época de esclarecimento (...) Somente temos claro indícios de que agora lhes foi aberto o campo no qual podem lançar-se livremente a trabalhar e tornarem progressivamente menores os obstáculos ao esclarecimento geral ou à saída deles, homens, de sua menoridade, da qual são culpados. (KANT, 1985:112)

A possibilidade de uma sociedade esclarecida surgiu com a revolução francesa. Kant era favorável a esse movimento, que segundo ele era um passo inicial para se atingir os ideais iluministas, e, portanto, um caminho para uma sociedade esclarecida.

Segundo Adorno e Horkheimer foi no interior da sociedade burguesa que a razão iluminista se desenvolveu. A razão iluminista trazia consigo a dimensão instrumental subordinada à dimensão emancipatória. Deste modo, a emancipação humana estava relacionada ao domínio da natureza, sob controle da razão.

Nesse contexto de desenvolvimento da razão iluminista a burguesia foi sujeito ativo do processo histórico, que culminou no privilégio da dimensão instrumental da razão, que por sua vez, conduziu a um processo de ofuscação da razão emancipatória.

O fato se tornou mais grave com avanço do capitalismo monopolista, que privilegiou o momento instrumental, e sufocou definitivamente a dimensão emancipatória da razão. Essa questão é trabalhada melhor pelos autores, no livro



Dialética do esclarecimento, no texto *O Conceito de Iluminismo*, onde fica claro que o iluminismo acarretou o favorecimento da dimensão instrumental da razão. Assim, a dimensão crítica da razão, e a subjetividade, são abandonadas, e passam a ser consideradas ideologia. A ciência para ter notoriedade tem que ser objetiva, possuir método, ser precisa. Não há espaço para especulações, a razão tem que trabalhar a serviço do progresso, ou seja, ela se tornou um instrumento.

O desenvolvimento do texto *Conceito de Iluminismo* é claro no que diz respeito ao processo que leva à constituição da razão instrumental. A razão se torna um instrumento técnico, ou seja, reifica-se. A passagem seguinte do texto deixa claro esse aspecto:

O processo técnico, no qual o sujeito se reificou depois de ter sido extirpado da consciência, é isento de plurivocidade do pensar mítico, bem como de todo e qualquer significar, pois a própria razão se tornou mero instrumento auxiliar do aparato econômico que tudo abrange. Ela serve de ferramenta universal que se presta à fabricação de todas as outras, rigidamente dirigida para fins, tão fatal como o manipular calculado com exatidão na produção material, cujo resultado para os homens escapa a qualquer computação. Realizou-se finalmente sua velha ambição, a e ser puro órgão dos fins. (ADORNO/ HORKHEIMER, 1991, p.22)

Assim, a razão instrumental surge como ferramenta de manutenção das desigualdades sociais, da exploração do trabalho e do trabalhador e, o que é mais grave, mantém o homem em sua minoridade, em um estado de conformismo, sufocando o potencial emancipador da razão. A razão instrumental opera a serviço da ampliação do capital, utiliza a ciência como ferramenta racional de dominação da natureza em prol do progresso. Os homens apreendem a dominar a natureza para em um segundo momento dominar os próprios homens.

Portanto, o predomínio da razão instrumental tem como consequência a negação da dimensão emancipatória da razão. Essa dominação de um momento sobre o outro, acontece de diferentes maneiras, e todas ajudam a constituir esse privilégio da razão instrumental. As consequências desse processo de positivação da razão são graves. Entre os danos causados por ele, podemos destacar: a perda da autonomia, a castração da imaginação e da espontaneidade do indivíduo. Isso fica claro quando Adorno analisa os efeitos da razão instrumental na arte, onde ele



mostra que ela (a razão instrumental) é uma forma de negação da arte genuína. A arte genuína seria uma forma de negação do *status quo*, porém quando submetida ao privilégio da razão instrumental, ela se reifica, ou seja, perde seu potencial crítico.

No texto *Conceito de Iluminismo*, Adorno e Horkheimer alertam para esse fato da decadência da arte perante o predomínio da razão instrumental. A arte genuína traz em si a subjetividade, a reflexão, a inovação. Todas essas características não são bem vistas no mundo administrado, onde há o predomínio da razão instrumental. Sendo assim, perante a razão instrumental, o que existe é uma arte coisificada. Essas questões ficam mais claras na seguinte passagem:

O sentido da obra de arte, a aparência estética, exige que ela seja aquilo em que se converte, naquele feitiço do primitivo, o novo e terrificante acontecer: a aparição do todo no particular. Perfaz-se mais uma vez, na obra de arte, a duplicação pela qual a coisa aparecera como espiritual, como externalização humana. É isso que faz a sua aura. Enquanto expressão da totalidade, a arte se arvora em dignidade do absoluto. Às vezes isso levou a filosofia atribuir à arte a primazia sobre o conhecimento conceitual. Segundo Schelling, a arte começa onde o saber abandona o homem à sua sorte. " (ADORNO/HORKHEIMER, 1991,p. 14)

Com o predomínio da razão instrumental, a racionalidade técnica se transforma em uma racionalidade a serviço da dominação. Assim, saber e conhecimento passam a ser compreendidos como forma de poder, dominação. Adorno reconhece nesse ponto que o Iluminismo conserva em si um caráter totalitário, ou seja, ele compactua com a repressão social, como podemos perceber na seguinte passagem:

A essência do iluminismo é a alternativa cuja inevitabilidade é a dominação. (...) O iluminismo se relaciona com as coisas assim como o ditador se relaciona com os homens. Ele conhece, na medida em que os pode manipular. (ADORNO/HORKHEIMER, 1991,p.23).

Assim, o esclarecimento, que surgiu como a possibilidade de tirar os homens do obscurantismo, da irracionalidade, da menoridade, acaba diante do desenvolvimento da razão instrumental caminhando na direção contrária. A morte do mito, da crença, da metafísica, não acontece. A razão iluminista que surgiu para livrar os homens do mito transforma-se ela própria em mito. A consequência desse processo é uma uniformização do mundo.



É nesse ponto que a indústria cultural desempenha um papel fundamental, já que ela é uma manifestação típica da razão instrumental. Isso fica claro no capítulo *A indústria Cultural: O esclarecimento como mistificação das massas*, presente no livro *Dialética do Esclarecimento*.

A violência da sociedade industrial instalou-se nos homens de uma vez por todas. Os produtos da indústria cultural podem ter a certeza de que até mesmo os distraídos vão consumi-los alertamente. Cada qual é um modelo da gigantesca maquinaria econômica que, desde o início, não dá folga a ninguém, tanto no trabalho quanto no descanso, que tanto se assemelha ao trabalho. (ADORNO/HORKHEIMER, 1986, p.119)

Diante da razão instrumental, o mundo e suas diversas esferas, como o trabalho, a educação, a vida cotidiana, os meios de comunicação de massas, são submetidos a indústria cultural. Os homens são submetidos ao controle da indústria cultural, a vida é submetida às regras desse mecanismo. A racionalização técnica presente nesse contexto domina os diversos aspectos da vida. A diversão se torna um prolongamento do trabalho. O tempo livre é administrado. A indústria cultural assume caráter ideológico, quando ocupa o tempo de descanso e lazer dos trabalhadores, e ao mesmo tempo, vende produtos culturais, do mesmo modo que vende bens de consumo. É a falsa democratização da cultura. Os homens passam a ser seus clientes, a vida é modelada. A racionalidade técnica toma conta até dos aspectos particulares da vida, nas palavras do próprio Adorno: a indústria cultural confere a tudo um ar de semelhança.

A democratização da cultura promovida pela indústria cultural é uma farsa. Esse processo na verdade tem como consequência a decadência da produção cultural, onde a criatividade e a espontaneidade são castradas. A reflexão é atrofiada, o espectador não tem necessidade de refletir, já que os técnicos da indústria já realizaram esse processo por eles. Não há necessidade de esforço, pois o esforço deve ser utilizado no trabalho, na produção material. A imaginação é atrofiada, a atividade intelectual é anulada. O indivíduo perde o poder de crítica.

Além da razão instrumental, a indústria cultural é um elemento significativo que compõe uma sociedade administrada, ou seja, uma sociedade formada por



homens acomodados, adaptados ao esquema de dominação progressiva, de domesticação, de integração, material e espiritual, para manutenção do sistema vigente.

Diante desse contexto, os teóricos de Frankfurt ganharam notoriedade ao realizar a crítica a esse mecanismo, na sociedade capitalista contemporânea. As críticas realizadas por eles representam uma grande contribuição filosófica. Porém, as críticas mais comuns feitas à obra de Adorno, dizem respeito ao o fato de sua crítica se limitar aos aspectos negativos, ou seja, não apresentar instrumentos para a superação desse sistema. No entanto, é importante lembrar que na constituição teórica dessa corrente filosófica havia um cuidado em não se igualar aos sistemas filosóficos existentes até então, e considerados por eles fechados, e por esse motivo, propensos a condutas totalitárias.

Os teóricos de Frankfurt realizaram a crítica à sociedade existente como modo de denúncia do irracionalismo dominante nos tempos de domínio da razão instrumental, sem deixar de se preocupar com a transformação da sociedade. A preocupação central destes pensadores era enfatizar a dialética existente no processo histórico. Apesar de enfatizar um momento histórico específico, a crítica à razão instrumental, existe também a preocupação com a busca pela razão emancipatória proposta por Kant.

A preocupação dialética dos frankfurtianos pode ser dividida em dois momentos: O momento da negação dialética, ou seja, a crítica ao irracionalismo presente no mundo dominado pela razão instrumental e, a reafirmação da razão emancipatória. O primeiro momento é fundamentalmente marcante na constituição da teoria crítica, e se torna uma das suas características marcantes, ou seja, a denúncia.

O primeiro momento da dialética que constitui a base da Teoria Crítica é aquele que se preocupa em denunciar o totalitarismo, a ignorância predominante no mundo dominado pela razão instrumental, as manipulações ideológicas, a falta de liberdade, a morte do indivíduo, a perda da autonomia e, a afirmação do poder da razão como força motora para a construção de uma sociedade mais justa,



emancipada, formada por homens livres.

O momento de negação ganhou força com o desenvolvimento do capitalismo monopolista, que veio acentuar as características descritas acima. Horkheimer deixa clara essa preocupação dos autores, com o capitalismo avançado, com as revoluções tecnológicas. A teoria crítica se preocupa com a construção de uma sociedade racional, mais justa, ela não se contenta com o estágio de acomodação existente. Ela se opõe às condições que o sistema capitalista cria, e ao modo como expõe as pessoas a uma vida de miséria. Assim, a Teoria Crítica não se distancia do idealismo alemão, e de uma tradição filosófica que se preocupa com a condição humana, e busca uma organização racional para o desenvolvimento da atividade humana, priorizando sempre uma sociedade mais justa.

Essas características desse primeiro momento podem ser claramente percebidas também no Livro *Dialética do Esclarecimento* e, mais especificamente no capítulo: *Indústria Cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*, onde fica evidente a crítica feita a instrumentalização da cultura na sociedade capitalista contemporânea.

No texto *Teoria Crítica e Teoria Tradicional* de Horkheimer, de 1937, está presente claramente a conexão entre primeiro momento da dialética, ou seja, o momento da negação, e seu segundo momento a superação desse processo. Nesse momento, Horkheimer se encontrava nos Estados Unidos, e entrou em contato com a crescente presença do empirismo e o positivismo nas ciências sociais americanas. Diante desse contexto, e da situação da Europa, que se encontrava diante do totalitarismo, o autor, confronta em seu texto o marxismo e positivismo. Ele realiza essa análise confrontando o pensamento cartesiano e o positivismo ao pensamento marxista que deu origem a essa corrente filosófica. Nesse confronto, ele analisa os princípios filosóficos fundamentais que constituem as duas correntes filosóficas, dando ênfase ao caráter conservador do pensamento positivista, e ao caráter humanista e libertário do pensamento marxista. Assim, a teoria tradicional (positivista) se preocupa com o caráter sistemático, priorizando o método de pesquisa, com o objetivo de obter resultados os mais objetivos possíveis, passíveis



de aplicabilidade prática. Porém, essa característica da teoria tradicional acaba por gerar uma ciência mais abstrata, distanciada da realidade social. Por sua vez a Teoria Crítica (de origem marxista), tem como ideal o desenvolvimento da razão no homem, se opondo radicalmente a razão instrumental que predomina no mundo administrado.

Outro ponto fundamental na análise que Horkheimer realiza em *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* é a relação entre teoria e prática, que segundo ele, é fundamental na constituição de um homem emancipado. Um dos aspectos que o autor ressalta é a incapacidade da ideologia burguesa em pensar a relação orgânica existente entre teoria e prática. Essa relação é de grande importância para a superação da relação dualista entre o pensar e ser, presente na filosofia cartesiana. Segundo ele, essa relação dualista é adequada a sociedade burguesa, esta o utiliza como um mecanismo de defesa, de sobrevivência. A teoria crítica representaria então, uma ameaça a forma da sociedade burguesa, pois ela apresenta condições para superar esse dualismo entre pensar e ser, e assim sendo, representa a possibilidade de superação. Para Horkheimer, a teoria representa uma possibilidade de construção de novas formas sociais e, não pode ser desvinculada da prática. A relação orgânica entre teoria e prática está relacionada aos ideais de transformação presentes na classe trabalhadora. Essa ideia fica mais clara na seguinte passagem do texto de Horkheimer:

(...) a função da teoria crítica torna-se clara se o teórico e a sua atividade específica são considerados em uma unidade dinâmica com a classe dominada, de tal modo que a exposição das contradições sociais não seja meramente uma expressão da situação histórica concreta, mas também um fator que estimula e que transforma. (HORKHEIMER, 1991, p.50)

Horkheimer, sempre esteve preocupado com a questão histórica, e sendo assim, em sua constituição a teoria crítica se preocupava em manter uma densidade histórica. Para realizar isso, ele enfatiza a importância de dois segmentos sociais para a transformação social: os intelectuais e as minorias dirigentes. Aos intelectuais ele atribui a importante função de ser a camada social que enxerga para frente, ou seja, que desenvolve um pensamento que visa um bem maior, que parte de



interesses políticos para desenvolver sua função histórica. Os intelectuais, segundo ele, não podem ser neutros, tem que defender uma posição, isso fica claro na seguinte passagem:

É inconcebível que o intelectual pretenda previamente realizar, ele mesmo, um trabalho intelectual difícil, para só depois poder decidir entre metas e caminhos revolucionários, liberais ou fascistas. (HORKHEIMER; 1991 p.55).

Diante do contexto europeu, Horkheimer alerta para a possibilidade de os intelectuais trabalharem a serviço dos que estão no poder. Porém, ao mesmo tempo ele enfatiza a importância das minorias dirigentes, que representam a fidelidade a um ideal, a uma corrente teórica, e por esses motivos são de fundamental importância na luta por uma sociedade mais justa, como fica claro na seguinte passagem:

A história ensina que tais grupos inquebrantáveis, apesar de serem pouco notados e até mesmo proscritos por outros setores da oposição, podem, devido à sua visão mais profunda, chegar a posto de comando nos momentos decisivos. (HORKHEIMER; 1991 p.67).

A teoria tradicional segundo Horkheimer, não se preocupa com a realização concreta da razão. Por sua vez, a teoria crítica, por se mostrar descontente com a miséria humana proporcionada pelo mundo administrado, busca uma realização concreta da razão.

Após esse primeiro momento, exposto nas ideias centrais do texto *Teoria Tradicional e Teoria crítica*, assim que Horkheimer chega aos Estados Unidos, surge um segundo momento, que é aquele representado pelos trabalhos desenvolvidos por ele durante o tempo de exílio nos Estados Unidos, e onde aparece claramente o impacto do contato com a cultura americana, que representa a personificação do capitalismo monopolista.

É nesse segundo momento, que os escritos dos frankfurtianos apresentam maior desilusão em relação às possibilidades de transformação, de luta revolucionária por parte do proletariado diante da sociedade contemporânea, dominada por regimes totalitários como o fascismo, o estalinismo, ou democracia de massas. É nesse período que surgem textos como *Dialética do Esclarecimento*, de



1947 e *Eclipse da razão*. Os trabalhos desse segundo momento apresentam como característica básica uma descrença em relação à possibilidade da realização da razão emancipatória proposta por Kant.

O texto *Dialética do Esclarecimento* é um exemplo claro desse momento que os autores vivenciavam, e uma forma de entender como eles pensavam o avanço da cultura de massas na sociedade moderna. Um dos pontos-chaves desse texto é a onipresença da razão instrumental nos meios de comunicação. A razão instrumental através desses meios se apresentava a serviço do grande capital, e da ideologia dominante, como forma de manutenção da miséria humana existente. É nesse escrito que os autores realizam a denúncia dos mecanismos de operação da indústria cultural. A presença da razão instrumental, como já dito antes, é um dos elementos-chaves para compreensão desse texto, já que, ela auxilia a manutenção do sistema capitalista monopolista, da dominação ideológica, impedindo a formação de seres autônomos, e por consequência impossibilitando a constituição de uma sociedade emancipada.

No desenvolvimento do livro *Dialética do Esclarecimento*, fica claro o caráter de denúncia em primeiro plano, e as possibilidades de transformação social no sentido de uma vitória da razão emancipatória sobre a razão instrumental são quase inexistentes. No texto *Conceito de Iluminismo* é que podemos encontrar uma pequena esperança dos autores em relação à superação desse sistema.

O desterro da superstição sempre significou o progresso da dominação, ao mesmo tempo que seu desnudamento. (...) Cada um dos progressos da civilização renovou, juntamente com a dominação, a perspectiva de mitigá-la. (HORKHEIMER/ADORNO; 1991, p.28).

O terceiro momento de constituição do pensamento crítico é aquele que equivale à década de 50, quando os pensadores frankfurtianos estão de volta à Europa. A característica principal dos escritos desse momento é o alerta para a possibilidade de um retorno à barbárie fascista. Nesse momento, a esperança com relação à superação ou a transformação da sociedade retornam aos textos de Adorno e dos teóricos de Frankfurt. Adorno parte para uma análise do presente, sem



esquecer o passado sombrio, e a possibilidade do retorno do fascismo persegue seus escritos. Nesse período ele escreve os textos: *Teoria da Semiformação*, em 1959, *Dialética Negativa* de 1965, e *Teoria Estética*, 1970.

O texto *Teoria da Semiformação* prossegue com as questões relativas à indústria cultural, desenvolvidas na *Dialética do Esclarecimento*. Nesse texto, Adorno analisa o conceito de formação cultural, que surgiu com a revolução burguesa. Esse conceito, constituído com a revolução burguesa, tem como centralidade a construção de uma sociedade justa, sem exploração, *sem status quo*, onde os sujeitos seriam aptos para desenvolver sua racionalidade, e por consequência construir uma sociedade racional. A denúncia que o texto realiza esta relacionada à presença da razão instrumental e da indústria cultural, que produzem uma falsa formação cultural. A semiformação é a prole de uma sociedade onde há a onipresença da razão instrumental, e por consequência do espírito alienado. A semiformação representa a dominação do espírito pelo caráter fetichista da mercadoria.

A não-cultura, como mera ingenuidade e simples não saber, permitia uma relação imediata com os objetos, e podia elevar-se, em virtude de seu potencial de ceticismo, engenho e ironia, (...) à consciência crítica: porém, a semiformação cultural não consegue. (ADORNO; 1992 p.54).

Em *Teoria da Semiformação*, a ênfase do autor é no aspecto de denúncia da cultura burguesa, ou seja, predomina a dimensão negativa da dialética, porém alguns momentos do texto sugerem possibilidade de superação. Um desses momentos é quando Adorno admite que o processo de integração realizado pela semiformação é histórico, e sendo histórico ele oferece possibilidades de superação. Isso fica claro na seguinte passagem: “ *Como a integração é uma ideologia, é também, como ideologia, desmoronável*” (ADORNO;1992, p.50).

Outro aspecto que Adorno ressalta é existência de indivíduos e grupos que resistem a semiformação, mesmo que estes sejam poucos. Porém, o autor alerta para a possibilidade de contaminação desses focos de resistência. Os grupos que não estão contaminados completamente pelo processo de semiformação representariam então, a possibilidade de resistência à opressão da semiformação, e



talvez, uma esperança para a superação desse processo. A possibilidade de superar a semiformação só é possível para Adorno, através da auto-reflexão crítica sobre a semiformação, como fica claro na passagem seguinte;

[...] quando o espírito não realiza o socialmente justo, a não ser que se dissolva em uma identidade indiferenciada com a sociedade, estamos na época do anacronismo: prender-se com firmeza à formação cultural, depois que a sociedade a privou de sua base. Contudo a cultura não tem nenhuma outra possibilidade de sobreviver senão a auto-reflexão crítica sobre a semicultura, em que necessariamente se converteu. (ADORNO, 1992, p.73)

O texto *Teoria da Semiformação* é de fundamental importância para realizar uma análise da educação sob a perspectiva de Adorno. Por essa razão ele será abordado em seguida. Para encerrar essa breve análise da constituição teórica da Escola de Frankfurt, é importante enfatizar que ao se estabelecer a relação entre a teoria crítica e a busca pela emancipação social e política, os frankfurtianos redefiniram a noção de racionalidade. Assim, a racionalidade deixa de ser o simples exercício do pensamento crítico e passa a ser a conexão entre o pensar e o agir, com a finalidade de gerar uma sociedade emancipada.

Assim, compreender como Adorno entendia o sistema de ensino de seu tempo vai além do exercício de compreensão de suas críticas a essa instituição que propagava os mecanismos de dominação capitalista. Para compreender essa questão é necessário, portanto, compreender antes de mais nada, qual a perspectiva sociológica do autor, que nesse caso, entende a escola como uma instituição social que ainda é capaz de formar um homem emancipado.

Portanto, para uma melhor compreensão da reflexão educacional de Adorno, seja ela sobre a escola ou sobre os sistemas de ensino, é necessário antes, compreender sua sociologia, e estar atento a importância que o autor destina aos processos sociais de domesticação do pensamento. Assim, ao realizar uma análise mais detida sobre a obra do autor, podemos compreender a defesa que Adorno faz de uma educação para o desenvolvimento da autonomia do indivíduo.



A única força efetiva contra o princípio de Auschwitz seria autonomia, se eu posso aplicar a expressão de Kant: o poder da reflexão, para a capacidade de se conduzir por si próprio, para a não adesão. (ADORNO, 1970, p. 93)

POTENCIALIDADES EDUCACIONAIS DA CONTEMPORANEIDADE PARA ADORNO: CRÍTICA A FORMA ESCOLAR

Nossa tarefa nessa parte final do artigo é estabelecer relações entre a educação hoje em dia e seu papel em formar cidadãos nesse novo momento histórico, diferente do momento discutido nas partes anteriores.

Assim, para estabelecer possíveis relações entre a educação hoje e o conceito de forma escolar, desenvolvido anteriormente, utilizaremos como ponto de referência a obra do filósofo alemão Theodor W Adorno, procurando estabelecer um diálogo entre a filosofia desse autor e as questões educacionais contemporâneas, que no caso do Brasil, estão diretamente relacionadas ao período analisado na primeira parte desse artigo.

Para realizar esse percurso reflexivo nos utilizaremos da análise sociológica realizada pelo autor em relação à escola e aos sistemas de ensino (presente no segundo ponto desse artigo), ou seja, aquilo que denominamos na primeira etapa de forma escolar.

Em seguida, utilizaremos como referência básica a obra *“Educação e Emancipação”*, procurando deixar claro, qual o desafio que Adorno enxerga no processo educacional, ou seja, as condições necessárias para o desenvolvimento de uma sociedade livre, racional, contra a barbárie presente no mundo globalizado, neoliberal.

No mundo contemporâneo a reflexão sobre o tipo de homem que queremos formar se tornou fundamental para a compreensão da problemática educacional,



tendo como centro desses problemas, o papel da escola e dos professores nesse contexto.

Assim, é claro que hoje em dia a tarefa que se atribui a escola é a possibilidade de desenvolver a capacidade reflexiva dos alunos, e só esse fato já nos conduz a um sério problema, visto que, desenvolver a habilidade reflexiva hoje em dia, significa ir além daquilo que está dado no contexto escolar atual, ou seja, ir além da forma escolar, da reprodução de conteúdos e pensamentos cartesianos, que são, por sua vez, os elementos básicos que constituem o currículo escolar.

O que se pode perceber atualmente é que ainda existe uma série de contradições sociais não resolvidas e que contribuem para a confusão educacional do mundo contemporâneo. Apesar dos avanços tecnológicos apresentarem uma possível tendência de avanço progressivo das sociedades, existem questões antigas que ainda não se resolveram, entre as quais podemos citar: a miséria, fome, guerras, destruição ambiental, etc. Em relação a educação esse quadro não é muito diferente, ou seja, existem questões antigas (no caso do Brasil, questões como as expostas na segunda parte deste artigo) que não foram resolvidas e que em alguns casos, estão potencializadas.

Os sistemas educacionais não estão prontos hoje, assim como não estavam no passado, para lidar com as contradições da sociedade capitalista, globalizada. O processo de globalização deixa evidente essas questões. Assim, o grande desafio que se coloca nesse novo contexto do capitalismo globalizado em relação ao papel da escola, é a possibilidade desta em enfrentar os problemas derivados dessa nova ordem mundial, onde as contradições se tornam mais explícitas.

Como sabemos, com o processo de globalização, a educação passou a ser compreendida como um bem da humanidade, um ideal universal (proposta que já estava presente nos ideais republicanos no Brasil), portanto, a exigência de uma educação para todos se tornou mais significativa nesse momento histórico. A globalização introduziu no mundo da escola, aqueles que em muitos casos não



possuíam acesso a esse ambiente, em outros contextos sociais.

Esse momento é aquele em que a escola se vê diante de um problema histórico, ela tem que deixar de ser um ambiente de privilégios em relação a seleção de quem pode ou não frequentá-la, fato este comum em seu desenvolvimento, como pudemos notar na parte referente a república, quando a escola era frequentada apenas pelos filhos da elite nacional. E agora nesse novo momento, a escola tem que adequar à diversidade cultural existente, pois, todos tem direito a educação, e assim sendo, a educação deve possuir um caráter multicultural.

Como pudemos perceber nas passagens anteriores Adorno foi um grande pensador das questões educacionais mesmo não tendo desenvolvido uma teoria da educação própria. A análise sociológica que o autor realiza é de grande contribuição para compreendermos a escola nos dias atuais. Nesse caso, podemos pensar questões contemporâneas da educação como as práticas curriculares, a partir do pensamento desse autor, que defende a construção de uma educação democrática, onde exista espaço para a convivência pacífica da diversidade cultural.

Assim, a escola, na perspectiva de Adorno, deveria se desenvolver no sentido de inclusão dos diferentes, de respeito à diversidade. Para que esse processo se efetive com sucesso a saída pode ser encontrada no desenvolvimento de um projeto educacional que vise ampliar a formação escolar, onde a educação se volte para a humanização do homem, que se encontra debilitada nesse momento do capitalismo.

Esse processo pode ser realizado através do desenvolvimento de políticas curriculares, que visem a construção de uma educação que não seja unidimensional em relação à perspectiva de mundo e conhecimento. Além disso, é necessário que a escola assuma seu caráter político e assim, desenvolva sua proposta educacional norteada pelos princípios políticos por ela previamente estabelecidos. É claro, que para Adorno, esses princípios devem ser democráticos e possuir como motivação a construção de um ser humano racional, emancipado e autônomo, que se posicione contrária e criticamente as condições bárbaras existentes no capitalismo monopolista, frutos de sua própria contradição.



Portanto, podemos utilizar as contribuições de Adorno para refletir sobre ações pedagógicas que tenham como finalidade a construção de uma educação de sucesso, que produza currículos críticos que contemplem a diversidade sociocultural, tolerantes as diferenças, evitando que estas se transformem em desigualdades.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.W. e HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos* (DE). Tradução de Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.
- ADORNO, T.W. *Mínima moralia: Reflexões a partir da vida danificada*. Tradução de Luiz Eduardo Bicca. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- _____. *Educação após Auschwitz*. In CONH, G. (org). São Paulo: Editora Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 1986.
- _____. *Educação e emancipação*. Tradução e introdução de Wolfgang Leo Maar. São Paulo : Paz e Terra, 1995.
- _____. *Teoria da Semicultura*. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira, Bruno Pucci, Cláudia B, Moura Abreu, revisão pelos autores, com colaboração de Paula Ramos-de-Oliveira. In *Educação & sociedade: Revista quadrimestral de ciência e educação*, ano XVII n 56, Campinas: Editora Papyrus, Deze./1996.
- _____. *Palavras e Sinais: modelos críticos 2/* Theodor W.Adorno ; tradução de Maria Helena Ruschel ; supervisão de Álvaro Valls. Petrópolis , RJ : Vozes, 1995.
- ANDERSON, Perry. Considerações sobre o Marxismo Ocidental. São Paulo, Brasiliense, 2ª edição. 1989
- BASTOS, Maria Helena Câmara & FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.) *A escola elementar no século XIX: o método monotorial/mútuo*. Passo Fundo/EDIUPF, 1999, p. 9-71.
- CARVALHO, Marta M.C. *A escola e a república*. São Paulo: Brasiliense, 1990. (Tudo é História, n. 127)
- COHN, G. (org). *Theodor W. Adorno*. São Paulo: Editora Ática (Coleção Grandes Cientistas Sociais), 1986.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor W. *“Conceito de Iluminismo”*. In Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1991.



_____. *Temas Básicos da Sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1973.

HORKHEIMER, Max, "*Teoria Tradicional e Teoria Crítica*"

KANT, Immanuel "Resposta à Pergunta: Que é Esclarecimento"? In *Textos Seletos*. Petrópolis, Vozes, 1985.

PUCCI, B. (org). *Teoria crítica e educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt*. Petrópolis, RJ: Vozes ; São Carlos , SP : EDUFISCAR , 1994.

ROUANET, Sérgio P. *Teoria Crítica e Psicanálise*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1986.

VINCENT, Guy; LAHINE, B. & THIN, D. *Sobre a história e a teoria da forma escolar*. Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 33, jun 2001, p. 7-47.

ZUIN, Antônio Soares; PUCCI, Bruno; NEWTON, Ramos de Oliveira. [Organizadores]. *A Educação danificada: Contribuições à teoria crítica da educação*. Petrópolis, RJ: Vozes; São Carlos, SP: Universidade Federal de São Carlos, 1997.